PREFEITURA DE ABADIA DE GOIÁS

Senhor Licitante,

Solicito a V.S^a preencher o recibo do edital, remetendo-o à Gerência da Comissão Permanente de Licitação, por meio do fax (062) 3503-1105.

A não remessa do recibo exime a comissão de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

Abadia de Goiás, 02 de setembro de 2014.

Fernando Pereira de Andrade
Presidente da Comissão de Licitação

RECIBO DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2014

OBJETO: Esta Concorrência Pública tem a finalidade de receber propostas para Cessão de uso sobre bem imóvel de propriedade do Município, para selecionar 02 (dois) microempresas ou empresas de pequeno porte para ocupação do Barracão Industrial, com o intuito de fomentar o desenvolvimento de atividades industriais, gerando emprego e renda no Município de Abadia de Goiás, na forma e condições especificadas no **Edital de Concorrência Pública nº 003/2014, de 02/10/2014 e seus anexos.**

Razão Social: _____

CNPJ: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____ Telefone: _____

Fax: _____ email: _____

Pessoa para contato: _____

Recebemos, através de email ou fax ou download da internet, cópia do instrumento convocatório acima identificado.

Data: ____/____/____

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 003/2014

OBJETO	O PRESENTE CERTAME TEM POR FINALIDADE RECEBER PROPOSTAS PARA CESSÃO DE USO SOBRE BEM IMÓVEL DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO, PARA SELECIONAR 02 MICRO EMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE PARA OCUPAÇÃO DO BARRACÃO INDUSTRIAL, COM O INTUITO DE FOMENTAR O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES INDUSTRIAIS, GERANDO EMPREGO E RENDA NO MUNICÍPIO DE ABADIA DE GOIÁS, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.
LOCAL	SALA DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO.
RECEBIMENTO DOS ENVELOPES “DOCUMENTAÇÃO” E “PROPOSTA TÉCNICA”	
DATA: 16/10/2014	HORÁRIO: ÀS 10:00 HORAS.
LOCAL	SALA DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO.
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO	Av. Francisco Paiva da Silva s/n – Área Pública Municipal – Jardim Nova Abadia - Abadia de Goiás – Go. CEP – 75.345.000 TELEFAX: (062) 3503 – 1105 PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DE GOIÁS

EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2014

A **PREFEITURA DE ABADIA DE GOIÁS**, por sua Comissão Permanente de Licitação, instituída pelo decreto nº 292/2014, de 17 de fevereiro de 2014, e de conformidade com o Convênio nº 750945/2010, firmado com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC, utilizando recursos já à sua disposição, **torna público** o presente edital e convida Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Seguimento de Confecções, Facções e Sapataria, sediadas no Estado de Goiás em especial as sediadas em Abadia de Goiás-Go, a apresentarem propostas para obtenção de logístico para sediar sua empresa com vistas ao desenvolvimento de projetos de inovação em conformidade com o que estabelece o edital, no **dia 02 de outubro de 2014, às 10h00min**, em sua sede sito à Av. Francisco Paiva da Silva s/n – Área Pública Municipal – Jardim Nova Abadia – Abadia de Goiás - Go, onde irá receber e abrir os envelopes contendo separadamente os documentos para Habilitação, Formulário de Requerimento e Proposta Técnica referente ao objeto descrito no anexo I deste Edital.

NOTA: Não havendo expediente no dia e hora marcada para abertura da licitação, fica a reunião adiada para o dia útil subsequente, na mesma hora e local.

1 - OBJETO

1.1 – O presente Chamamento Público tem por objeto a **seleção de propostas para formalização de Termo de Concessão de uso sobre bem imóvel de propriedade do Município com área de 108,76m², para selecionar 02 (duas) microempresas ou empresas de pequeno porte para ocupação do Barracão Industrial, pelo prazo de 05 (cinco) anos, prorrogável uma vez por mais 02 (dois) anos, para ocupação imediata, com o intuito de fomentar o desenvolvimento de atividades industriais, gerando emprego e renda no Município de Abadia de Goiás**, conforme Anexos deste Edital, dos quais é parte integrante.

1.2 - Os interessados que tiverem dúvidas de caráter técnico ou legal para interpretação do presente Edital, ou desejarem maiores esclarecimentos ou informações, serão atendidos pela Comissão de Licitação na sede da Prefeitura de Abadia de Goiás, pessoalmente, ou pelo telefone 62 3503-1105 das 9:00 às 11:00 horas e das 13:00 às 16:00 horas.

1.3 - A não solicitação de informações complementares pelos proponentes implicará na tácita admissão de que as informações técnicas e jurídicas foram consideradas como suficientes.

2 - DA AQUISIÇÃO DO EDITAL

Para a aquisição do presente Edital, o interessado poderá retirá-lo na sala da CPL, instalada no Prédio sede da Prefeitura Municipal, no Horário de 09:00h às 11:00h e de 13:00h às 17:00h, ou no sítio eletrônico da Prefeitura: www.abadiadegoias.go.gov.br.

3 - DA CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO

3.1 - Poderão participar deste Chamamento Público pessoas jurídicas, especificamente microempresas ou empresas de pequeno porte, admitindo-se participação por procuração, que estejam interessadas em implantar indústria no Município.

3.2 - Não poderão participar:

- a) associações ou consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição;
- b) empresas suspensas para licitar com a Administração Pública;
- c) empresas impedidas de contratar com a Administração Pública;
- d) empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos limites determinados pelo inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93;
- e) empresas que possuam restrições quanto à sua capacidade técnica ou operacional, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal;
- f) empresas que estiverem sob regime de concordata ou falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação.
- g) Não ter sido contratada por outra SELEÇÃO PÚBLICA DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR ou outra do Estado de Goiás.
- h) Ter receita bruta no último exercício, igual ou inferior a R\$ 1.200.000,00 (hum milhão e duzentos mil reais).

3.3 – A participação importa total e irrestrita submissão das proponentes às condições do Edital e às exigências da legislação específica pertinente.

3.4 – Cada proponente apresentar-se-á, preferencialmente, com apenas um representante legal.

3.5 – Não será admitida habilitação de um mesmo representante para proponentes distintos.

4 – DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

4.1 – A documentação para habilitação e proposta deve ser apresentada em uma via, devendo ser colocada no interior de um único envelope opaco para cada, devidamente fechado, com a seguinte menção em sua parte externa:

ENVELOPE N° 01: DOCUMENTAÇÃO CONCORRÊNCIA PÚBLICA N° 03/2014 PROPONENTE: CNPJ.....	ENVELOPE N° 02: PROPOSTA TÉCNICA CONCORRÊNCIA PÚBLICA N° 03/2014 PROPONENTE: CNPJ.....
---	---

5 – DA HABILITAÇÃO

5.1 – HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) registro comercial, no caso de empresa individual;

b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição dos seus administradores;

c) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

d) declaração da licitante informando sobre a inexistência de fato impeditivo à habilitação, atendendo à determinação contida na segunda parte do § 2º do art. 32 da Lei nº 8.666/93, conforme modelo constante do anexo “II” deste edital.

5.2 – REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

a) prova de regularidade para com as Fazendas Estadual, Municipal e Federal, ou outra equivalente, compreendendo os seguintes documentos:

I - Certidão Conjunta de Quitação de Tributos e Contribuições Federais e Quanto à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;

II - Certidão Negativa expedida pela Fazenda Estadual, da sede da licitante ou Certidão de não contribuinte;

III - Certidão Negativa expedida pela Fazenda Municipal da sede da licitante ou Certidão de não contribuinte.

b) Certidão Negativa de Débito - CND, junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, que a habilite a participar de processos licitatórios promovidos pelo Poder Público;

c) Certificado atualizado de Regularidade do Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço – FGTS;

d) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (art. 29, V, da Lei nº 8.666/93)

5.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão negativa de Falência e Concordata, expedida pelo distribuidor forense da sede da licitante dentro dos últimos 60 (sessenta) dias antecedentes à abertura desta licitação.

b) declaração da licitante informando sobre a situação do trabalho de menor em sua empresa, nos termos do inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93 e do Decreto nº 4.358, de 05/09/2002, conforme modelo constante do Anexo “III” deste Edital.

6 – DA PROPOSTA TÉCNICA

6.1 - A proposta deve ser apresentada em uma via original, datilografada ou digitada, impressa, com clareza, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada na última página e rubricada nas demais pelo representante legal da licitante, devendo ser colocada no interior de um único envelope opaco e devidamente fechada, conforme item 4.1;

6.2 – A proposta deve atender aos requisitos abaixo relacionados, para fins de obtenção de sua classificação:

- a) apresentar a identificação da empresa, endereço, número do CNPJ/MF e da Inscrição estadual ou municipal, bem como a assinatura de seu representante legal;
- b) declarar a atividade que pretende desenvolver em uma das salas do Barracão Industrial;
- c) declarar que o uso do Barracão Industrial será realizado exclusivamente pelo cessionário após a assinatura do Termo de Concessão de Uso;
- d) declarar que toda e qualquer obra que se fizer necessária para a realização da atividade terá seu projeto submetido à aprovação pelo órgão municipal competente;
- e) declarar que após a assinatura do termo, o cessionário irá apresentar o projeto para instalação no prazo máximo de 15 (quinze) dias;
- f) declarar que somente iniciará a obra após a aprovação do projeto pelo órgão municipal competente;
- g) declarar que não utilizará o imóvel para realização de atividade político-partidária, sob pena de extinção do contrato a ser firmado;
- h) declarar que não utilizará o imóvel para fins de veiculação de publicidade alheia à atividade para a qual foi cedido o uso, sob pena de extinção do contrato a ser firmado;
- i) declarar que não iniciará sua atividade antes do fornecimento do Alvará de Licença para Funcionamento;
- j) declarar que, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da aprovação do projeto, concluirá a instalação da empresa;
- k) declarar que a partir da assinatura do termo de cessão de uso, a responsabilidade pela posse do imóvel bem como pelas atividades desenvolvidas e contratações é exclusiva do cessionário.
- l) junto à proposta, deverá ser apresentado o Formulário de Requerimento (Anexo) devidamente preenchido.
- m) conter prazo de validade mínimo de 60 (sessenta) dias;
- n) projeto de faturamento anual previsto a partir do início das atividades.
- o) estimativa de empregos a serem gerados direta ou indiretamente, através de previsão das atividades.

6.3 - A proposta técnica deverá conter ainda:

- a) declaração expressa da aceitação e submissão a todas as condições deste Edital, bem como o compromisso formal de cumprir com as condições propostas;

b) declaração de que se compromete a manter, durante todo o período de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital;

7 - DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES

7.1- A Comissão de Licitação receberá os envelopes contendo os documentos para Habilitação e a Proposta em sessão pública a ser realizada na data, hora e local definidos neste Edital, observados os seguintes procedimentos:

Não receberá Documentos para Habilitação ou Proposta depois de encerrado o prazo previsto neste edital;

Verificará a credencial do representante de cada licitante, na qual deverá constar a outorga de poderes para responder e agir em todas as fases do certame, ou no caso de sócio, o próprio contrato social;

O Município de Abadia de Goiás admitirá a participação de um único representante de cada licitante;

A abertura dos envelopes contendo a documentação para habilitação e as propostas serão realizadas em sessões públicas, nas quais se lavrarão atas circunstanciadas que deverão ser assinadas pelos representantes dos licitantes presentes que o quiserem e pelos componentes da Comissão de Licitação;

Toda a documentação para habilitação e as propostas serão rubricadas pelos representantes dos licitantes presentes que o quiserem à respectiva sessão e pelos membros da Comissão de Licitação;

A documentação de habilitação e proposta de preço somente poderá ser entregue pessoalmente pelos licitantes na data e horário previstos neste edital.

7.2 - Na Primeira Sessão, serão recebidos pela Comissão de Licitação todos os envelopes e abertos, em princípio, somente os relativos aos Documentos de Habilitação dos proponentes, sendo facultado à Comissão efetuar a sua apreciação durante a própria sessão ou marcar, na oportunidade, uma nova data para a divulgação do resultado da Habilitação, de modo a possibilitar uma melhor análise dos documentos apresentados. Caso na primeira sessão, a comissão de licitação decida proclamar o resultado da habilitação e, desta decisão, haja declaração expressa de todos os participantes de desistência de interposição de recursos, será feita a devolução dos envelopes fechados dos proponentes inabilitados, contendo as respectivas propostas, e abertos os envelopes contendo as propostas dos proponentes habilitados.

7.3- Não tendo sido, na primeira sessão, abertos os envelopes contendo as propostas dos proponentes habilitados e devolvidos fechados os dos proponentes inabilitados, a Comissão designará, para esse fim, transcorrido o prazo legal para interposição de recurso, ou após julgamento e solução do recurso porventura interposto, uma segunda sessão.

7.4- Após a fase de Habilitação, não cabe desistência de proposta salva por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão de Licitação.

7.5- Nas sessões de recepção e abertura dos **ENVELOPES** serão lavradas atas circunstanciadas, que mencionarão todas as Propostas, registrarão as reclamações feitas e demais ocorrências que interessem ao julgamento da Licitação. As atas serão assinadas pelos Membros da Comissão de Licitação e pelos representantes credenciados dos Licitantes presentes.

7.6- A Comissão reserva-se o direito de adiar os horários e datas de recebimento e/ou abertura dos Documentos de Habilitação e Proposta, em qualquer fase.

7.7- Os Documentos de Habilitação e Proposta serão considerados "em análise" a partir de sua abertura até a comunicação oficial do resultado de cada fase. Durante esse período, os Licitantes, seus representantes ou outros interessados, deverão abster-se de manter qualquer contato com a Comissão de Licitação, para tratar de assuntos ligados a Licitação em pauta.

8 - DO CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO E JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO E PROPOSTA TÉCNICA

8.1- Será inabilitado o participante que não atender as exigências deste Edital;

8.2- A confirmação de inabilitação do participante importará em preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes;

8.3- Serão critérios de julgamento das propostas:

- a) maior número total de empregos diretos a serem gerados e mantidos com o empreendimento, sendo, para tanto, considerado o número de empregos formais (com Carteira de Profissional de Trabalho assinada);
- b) capacidade empreendedora dos proponentes;
- c) previsibilidade de viabilidade de auto-sustentação;
- d) preferência para empresas do segmento de confecção.

8.4- Aos critérios serão distribuídas notas da seguinte maneira:

- a) para cada emprego direto gerado e mantido no município de Abadia de Goiás com a instalação do empreendimento, absorvendo mão-de-obra, corresponderá a 2 (dois) pontos;
- b) para a capacidade empreendedora dos proponentes, serão atribuídos pontos de 1 a 10, considerando a consistência da proposta apresentada;
- c) para a previsibilidade de viabilidade de auto-sustentação, serão atribuídos pontos de 1 a 10, considerando a possibilidade de gerar renda e possibilidade de manutenção da estrutura do negócio.

8.4.1- As propostas serão analisadas e avaliadas pelo Conselho Deliberativo criado pelo Decreto Municipal nº 313/2014, de 01 de abril de 2014.

8.5- Serão convocadas para assinatura do contrato as empresas com a proposta que obtiver maior nota no somatório total.

8.6- Em caso de empate entre duas ou mais propostas, inicialmente será dada preferência para empresas do segmento de confecção e, após, será utilizado o sorteio, em ato público, na forma do parágrafo 2.º do art. 45 da Lei n.º 8.666/93.

8.7- Havendo divergência entre os valores e números apresentados na proposta por algarismos ou escritos por extenso, considerar-se-á válido apenas a parte escrita por extenso.

8.8- Havendo a indicação de mais de um número ou valor na proposta para cada alínea acima, considerar-se-á apenas o menor número ou valor proposto para cada alínea.

8.9- Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências deste edital, ou as consideradas inexequíveis, por impossibilidade de serem executadas na forma proposta.

8.10- O Município de Abadia de Goiás se reserva no direito de pedir novos detalhes em consequência das propostas apresentadas, assim como revogar ou anular a licitação, no todo ou em parte, ou transferi-la a seu critério, sem que por esse motivo os concorrentes tenham direito a qualquer indenização ou reclamação.

8.11- Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências do Edital;

8.12- Se todos os participantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão poderá fixar aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas que originaram a inabilitação dos licitantes ou a desclassificação das propostas;

8.13- A decisão da Comissão tornar-se-á definitiva após a homologação pela autoridade competente da Prefeitura.

9- DOS RECURSOS

9.1- Dos atos da Administração decorrentes da aplicação da Lei nº 8.666/93 cabem:

9.1.1- Recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou lavratura da ata, nos casos de:

Habilitação e inabilitação;

Julgamento das propostas;

Anulação ou revogação da licitação;

Aplicação de penas de advertência, suspensão temporária ou de multa;

Rescisão do contrato pelo não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos.

9.1.2- Os recursos ou impugnações a recursos somente poderá ser manifestado por intermédio do representante legal da licitante ou por procurador legalmente habilitado.

9.1.3- As decisões da Comissão de Licitação tomadas na sessão de julgamento será diretamente comunicada aos interessados via fax e emails, às decisões serão publicadas no Quadro Mural de Aviso do Município.

9.1.4- Aplicam-se ainda, aos recursos e impugnações as disposições previstas nos artigos 41 e 109 da Lei n.º 8.666/93.

10- DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

10.1- O licitante vencedor se compromete a assinar o Contrato em 05 (cinco) dias úteis, contados da data de sua convocação;

10.2- Caso o participante vencedor não assine o contrato no prazo estipulado, a Comissão poderá convocar os participantes remanescentes, na ordem de classificação;

10.3- As provas de regularidades relativas à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), apresentadas na fase de habilitação, deverão estar dentro do prazo de validade quando da assinatura do Contrato; caso contrário, deverão ser reapresentadas para atender aos preceitos legais;

11- DAS PENALIDADES:

11.1- Pelo descumprimento, pela licitante vencedora, das disposições deste Edital, respectivos anexos, ou dos demais atos que lhe forem decorrentes, ou ainda da legislação vigente, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades, isoladas ou conjuntamente com outras previstas na Lei 8.666/93:

- a) advertência expressa e escrita;
- b) multa a ser arbitrada em valor até 10% (dez por cento) do valor do imóvel objeto da concessão de incentivo industrial;
- c) impedimento de participar de qualquer processo licitatório efetuado pelo Município de Abadia de Goiás, pelo período de até 02 (dois) anos da data da notificação;
- d) declaração de inidoneidade;
- e) rescisão do contrato, com reversão do objeto e/ou indenização.

11.2- As penalidades serão aplicadas somente após devidamente apurados os fatos, encerrado processo administrativo competente, onde será oportunizado o direito ao contraditório e a ampla defesa.

12 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1- A empresa licitante deverá manter as atividades pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos ininterruptos contados a partir do efetivo início de suas atividades.

12.2- A concessão do direito real de uso será pelo prazo de 05 (cinco) anos contados a partir do efetivo início das atividades no local pela empresa beneficiada, podendo ser prorrogada por até dois anos.

12.3- A fiscalização das atividades desenvolvidas pela licitante vencedora será exercida pelo Conselho Deliberativo criado pelo Municipal nº 313/2014, de 01 de abril de 2014.

12.4- A inabilitação da licitante em qualquer das fases do procedimento licitatório importa preclusão do seu direito de participar das fases subsequentes.

12.5- Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender qualquer das disposições deste Edital.

12.6- Em nenhuma hipótese será concedido prazo para apresentação de documentação e propostas exigidas no Edital e não apresentadas na reunião de recebimento.

12.7- Não serão admitidas, por qualquer motivo, modificação ou substituição das propostas ou qualquer outro documento.

12.8- Só terão direito a usar a palavra, rubricar as propostas, apresentar reclamações ou recursos e assinar atas, os licitantes ou seus representantes credenciados e os membros da Comissão Julgadora.

12.9- Uma vez iniciada a sessão, não serão admitidos concorrentes retardatários.

12.10- Em caso de desistência da empresa vencedora da presente licitação, o Município, a critério do Chefe do Poder Executivo Municipal, poderá aplicar qualquer das sanções previstas pelo art. 87 da Lei n.º 8.666/93, sem prejuízo das previstas no item 12 deste edital, naquilo em que for aplicado.

12.11- No contrato de concessão de direito real de uso sobre bem imóvel, a ser assinado com os vencedores deverão constar, obrigatoriamente, as hipóteses de rescisão previstas no art. 78 da Lei n.º 8.666/93, além da previsão de que, será considerado rescindido caso a empresa cesse suas atividades antes de transcorrido o prazo de 05 (cinco) anos do início do funcionamento ou não cumpridas as disposições de que trata este edital, prevendo-se expressamente a cláusula de indenização.

12.12- A participação no presente certame importará na aquiescência formal, tácita e incondicional da empresa a todos os termos contidos no presente edital, seus respectivos anexos, bem como às normas legais vigentes.

12.13- As despesas com consumo de energia elétrica, água potável e demais custos de manutenção do imóvel objeto do presente incentivo industrial, serão suportadas exclusivamente pelos vencedores, sem direito, em hipótese alguma a ressarcimento posterior.

12.14- Em qualquer ocasião, antecedendo a data fixada para apresentação dos documentos, a Comissão de Licitações ou o Município de Abadia de Goiás, poderá, por sua iniciativa ou em consequência de respostas fornecidas a solicitações de esclarecimentos, modificar o edital, observando o disposto no § 4.º, do art. 21, da Lei n.º 8.666/93, quando for o caso.

12.15- Fica eleito o Foro da Comarca de Guapo - Goiás para dirimir eventuais litígios decorrentes da aplicação deste Edital e dos atos supervenientes, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

12.16- Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia do vencimento e só serão considerados em dias de expediente do Município;

12.17- Fica assegurado ao Ente Público o direito de, por despacho fundamentado da autoridade competente, adiar, revogar ou anular, no todo ou em parte este certame, do que se dará ciência aos participantes, mediante comunicação oficial, não cabendo por qualquer desses motivos, indenização;

12.18- Quaisquer elementos, informações e esclarecimentos relativos a este edital serão prestados pela Comissão Permanente de Licitação – CPL, no seguinte endereço: Av. Francisco Paiva da Silva s/n, Área Publica Municipal – Jardim Nova Abadia, Abadia de Goiás-GO onde poderão ser adquiridos, de segunda á sexta, das 09:00 as 11:00 e de 13:00 às 17:00 horas.

13- ANEXOS

13.1-Fazem parte integrante deste Edital:

ANEXO I – Descrição do Objeto – Memorial Descritivo

ANEXO II – Declaração de fatos impeditivos

ANEXO III -- Declaração trabalho do menor

ANEXO IV – Formulário de Requerimento

ANEXO V – Minuta do contrato

Abadia de Goiás-GO, 02 de setembro de 2014.

Fernando Pereira de Andrade
Presidente da Comissão de Licitação

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS

(art. 32, §2º, da Lei 8.666/93)

(Nome da empresa), CPF/CNPJ Nº _____, sediada em (endereço completo), declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente chamamento público e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

_____, ____ de _____ de 2014

(Nome – Identidade - CPF do declarante)

A N E X O III

DECLARAÇÃO TRABALHO DO MENOR

(art. 27, Inciso V, da Lei 8.666/93)

Ref.: (identificação da licitação)

_____, inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____ portador(a) da carteira de identidade nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

(data)

(nome)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

ANEXO IV

FORMULÁRIO DE REQUERIMENTO:

À PREFEITURA MUNICIPAL DE ABADIA DE GOIÁS
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2014

Assunto: Cessão de Uso de Imóvel do Município – Sala do Barracão Industrial

A empresa _____, sediada à Rua (Av.) _____, nº _____, complemento _____, Bairro _____, na Cidade de _____, Estado de _____, CEP nº _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, inscrição estadual nº _____, CNAE (classificação econômica) nº _____, por meio de seus representantes legais infra-assinados, vem requerer a Cessão de Uso de 01 Sala do Barracão Industrial de 54,38m² pertencente ao Município de Abadia de Goiás para a instalação de uma empresa de: _____.

Breve descrição das atividades que serão desenvolvidas: _____

Mobiliário que já possui para instalação do empreendimento: _____

Para tanto, a empresa requerente:

- () tem necessidade de financiamento de R\$ _____, os quais serão pleiteados/foram aprovados no(a) _____, conforme documentos anexos.
() utilizará recursos próprios no total de R\$ _____.
() utilizará recursos de terceiros no total de R\$ _____.

(comprovante da disponibilidade de capital necessário à efetivação do empreendimento deve estar anexo).

Previsão do prazo para execução do projeto: _____ dias. (considerar neste o número de dias para instalação da empresa após aprovação do projeto pelo Município)

Previsão de início do funcionamento: _____ (considerando o término da instalação do mobiliário necessário)

Com o empreendimento, pretende-se gerar o número de empregos estimado no seguinte quadro, aproveitando, preferencialmente, mão-de-obra local, com a contratação de munícipes de Abadia de

Goiás (considerar a previsão do total de empregados contratados com CTPS devidamente assinada para cada ano):

Ano	Empregos diretos
1º ano	
2º ano	
3º ano	
4º ano	
5º ano	

No imóvel cedido serão promovidos investimentos na seguinte ordem de expressão:

Ano	Investimento
1º ano	
2º ano	
3º ano	
4º ano	
5º ano	

Descrição do negócio:

Descrição dos produtos e/ou serviços oferecidos:

Estrutura organizacional da empresa (onde está situada hoje, qual a quantidade de sócios, empregados e colaboradores):

OBSERVAÇÕES:

Local e data.

Nome (s) do (s) sócio (s) ou representante (s) legal (is):
CPF:

A N E X O I V

MINUTA DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO DE IMÓVEL PÚBLICO – 01 SALA DO BARRACÃO INDUSTRIAL

Contrato nº ____ / 2014

O **MUNICÍPIO DE ABADIA DE GOIÁS**, por intermédio da Prefeitura Municipal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº XX, doravante denominado **CONCEDENTE**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. XX, portador do R.G. n.º. XX, inscrito no CPF/MF sob o n.º XX, e a empresa **XXXXX**, situada na XXX, nº XXX, Bairro XXX, na Cidade de XXX, Estado de XXX, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º XXX, doravante denominada **CONCESSIONÁRIA**, neste ato representada por XXX, inscrito no CPF nº XXX e CI nº XXX, firmam o presente contrato administrativo, mediante as condições e cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E SUAS ESPECIFICAÇÕES

1.1. CONCESSÃO DE USO DE 01 (UMA) SALA DO BARRACÃO INDUSTRIAL SITUADO NA RUA GABRIEL ALVES, PARQUE IZABEL, NO MUNICIPIO DE ABADIA DE GOIÁS.

1.2. A CONCESSIONÁRIA, pela presente e na melhor forma de direito, tem justo e contratado utilizar a área de 54,38m² efetivamente para os fins XXX.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE PAGAMENTO DA CONCESSÃO

2.1 A CONCESSÃO DE USO será realizada na forma de COMODATO, ou seja, sem ônus para a CONCESSIONÁRIA pelo uso do IMÓVEL.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS

3.1. O Prazo de Vigência da Concessão será de 05 (cinco) anos, prorrogável uma vez por 02 (dois) anos a critério da Administração, em procedimento administrativo motivado, se houver interesse entre as partes e desde que cumpridos todos os requisitos e as cláusulas contratuais, contados da data da assinatura do contrato.

3.2. Fica a CONCESSIONÁRIA obrigada a protocolar o projeto de aprovação do empreendimento junto à Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças em até 15 (quinze) dias corridos, a partir da assinatura do contrato de concessão. Os projetos das instalações deverão obedecer ao Código de Obras Municipal, bem como a legislação ambiental vigente;

3.3. Os projetos de empreendimento, adequação e obra nos terrenos deverão ser observadas as regras ambientais pertinentes devendo estes ser aprovados pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente;

3.4. Os projetos de concessão que não forem aprovados pelos Fiscais do Município, deverão ser adequados em um prazo de 15 dias corridos após o indeferimento do projeto, passível de eliminação, em caso de não aprovação, pelo setor competente ou expiração do prazo;

3.5. O prazo máximo para o início das atividades será de 60 (sessenta) dias a contar da aprovação do projeto e após a obtenção do Alvará de Funcionamento;

3.6. Nos casos fortuitos, ou de força maior, definidos no Código Civil Brasileiro, superveniente a data de assinatura deste Contrato e devidamente caracterizado e comprovado, os prazos referidos nos itens 3.2, 3.4, 3.5, eventualmente poderão ser prorrogados, em ato motivado, através de Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA

4.1 A **CONCESSIONÁRIA** obriga-se a:

4.1.1. Protocolizar pedido de aprovação do projeto do empreendimento junto à Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças do Município de Abadia de Goiás em até 15 (quinze) dias corridos, a partir da assinatura do contrato de concessão. Os projetos das instalações deverão obedecer aos requisitos do Código de Obras Municipal, bem como a legislação ambiental vigente. Ressaltando-se que nos projetos de empreendimento serão observadas as regras ambientais pertinentes devendo estes ser aprovados pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente;

4.1.3. Dar aos imóveis cuja concessão real de uso lhe é concedida, a destinação prevista no item 1.2.

4.1.4 Responder civil e criminalmente por si, seus empregados ou prepostos, por danos materiais e morais causados a terceiros, usuários e funcionários dentro do espaço de concessão, sem a responsabilidade solidária do Município;

4.1.5 Respeitar todas as determinações da legislação ambiental e, conseqüentemente, obter os licenciamentos dos órgãos competentes, inclusive junto ao IBAMA e FEAM, se for o caso;

4.1.6 Efetuar o pagamento de todos os tributos federais, estaduais e municipais; encargos e outros ônus que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel que é objeto de concessão e sobre as atividades que neles venham a ser desenvolvidas.

4.1.7 Conservar a área permitida em boas condições de conservação, uso, higiene e limpeza.

4.1.8 Cumprir dentro do prazo pactuado, as obrigações assumidas;

4.1.9 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, imediatamente as suas expensas, no total ou em parte, o objeto do termo de concessão de uso em que se verificarem indícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, independente das penalidades aplicáveis ou cabíveis;

4.1.10 Efetuar o pagamento de todos os tributos federais, estaduais e municipais; encargos e insumos que incidam ou venham a incidir sobre o objeto do termo de concessão de uso.

4.1.11 Acatar e fazer cumprir todas as exigências emanadas das autoridades Federais, Estaduais e Municipais.

4.2 O descumprimento de qualquer obrigação prevista no item 4.1, supracitado, acarretará a perda de todos os direitos ora concedidos, e implicará na reintegração de posse do imóvel pelo Município de Abadia de Goiás, inclusive, das benfeitorias edificadas ou implantadas pela concessionária, sem direito a indenização, nos termos do § 3º, do art. 7º do Decreto-Lei 271/67;

4.3 É vedado ao concessionário ceder as áreas a terceiros, a qualquer título, gratuito ou oneroso, bem como das construções que serão implantadas, salvo prévia autorização da administração municipal;

4.4 Em caso de pedido de recuperação judicial não aceito pelo Poder Judiciário e de falência decretada, o bem público, objeto deste contrato, se reverterá imediatamente para o Município, sem direito a qualquer tipo de indenização.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE

5. O Concedente obriga-se a ceder o terreno e a fiscalizar o cumprimento e a execução do contrato pelo concessionário.

5.1 O Conselho Deliberativo será responsável pela definição de programa de capacitação técnica e gerencial das empresas instaladas, através de prestadores de serviços que atuam na área.

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

6.1 No desempenho de suas atividades é assegurado ao órgão fiscalizador o direito de verificar e exigir a perfeita execução do presente ajuste em todos os termos e condições.

6.2 A ação ou omissão, total ou parcial, do órgão fiscalizador não eximirá a **Concessionária** da total responsabilidade de executar o exigido neste instrumento.

6.3 O Conselho Deliberativo acompanhará e avaliará os resultados obtidos pelas empresas do Barracão Industrial, emitindo pareceres e sugerindo ações de melhoria, quando necessário.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PESSOAL

7.1. Toda mão-de-obra porventura utilizada na área ora autorizada, bem como encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e outros dela decorrentes, serão de responsabilidade exclusiva da **CONCESSIONÁRIA**, não podendo imputar, mesmo que subsidiariamente, ao **CONCEDENTE** a responsabilidade de seus pagamentos.

7.2. O pessoal que a **Concessionária** empregar para a os serviços ora avençados não terá relação de emprego com a **Concedente** e deste não poderá demandar quaisquer pagamentos.

7.3. Na hipótese de a **Concedente** ser acionado judicialmente em razão do descumprimento da legislação trabalhista ou de natureza civil, com o julgamento de procedência da ação, o valor da condenação será deduzido na medição subsequente à data da condenação, ficando depositado em conta separada, até a solução final do litígio.

7.4. A **Concessionária** ressarcirá a **Concedente** de toda e qualquer despesa que, em decorrência de ações judiciais venha a desembolsar.

7.5. A **Concessionária** deverá fornecer equipamentos de segurança individual para todos os funcionários, bem como assinar a carteira de trabalho de todos que trabalharem junto ao estabelecimento, isentando integralmente o Município do pagamento de salários, encargos sociais, previdenciários, comerciais, trabalhistas, equipamentos de proteção individual e quaisquer outros que se fizerem necessários ao cumprimento das obrigações decorrentes da execução dos serviços.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES E DA RESCISÃO

8.1. Se a **CONCESSIONÁRIA** deixar de entregar documentação exigida, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, na forma prevista no inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93, além do encaminhamento do caso ao Ministério Público para a aplicação das sanções criminais previstas nos artigos 89 a 99 da referida Lei, salvo superveniência comprovada de motivo de força maior, desde que aceito pela **CONCEDENTE**.

8.2. Constituem motivos para rescisão do presente Contrato as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, a qual será processada nos termos do art. 79 do mesmo diploma legal.

8.3. Constituem, ainda, motivos para a rescisão do contrato, implicando na imediata revogação da concessão e retomada da área concedida, não gerando qualquer direito de indenização ao Contratante por benfeitorias e acessões levantas, nos termos do § 3º, art. 7º, do Decreto-Lei 271/67, dentre outros:

8.3.1 O não cumprimento por parte do Contratado que qualquer de suas obrigações previstas na Cláusula Quarta, do presente instrumento;

8.3.2 O descumprimento das Cláusulas contratuais ou prazos;

8.3.3 O cumprimento irregular das Cláusulas contratuais e prazos;

8.3.4 A paralisação do funcionamento do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à CONCEDENTE;

8.3.5 O desatendimento das determinações de autoridades para acompanhar a fiscalização à sua execução, assim como a de seus superiores;

8.3.6 O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

8.3.7 O Falecimento da CONCESSIONARIA;

8.3.8 Demais razões de interesse do serviço público;

8.3.9 A ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

8.4 É expressamente vedada a cessão, subconcessão, transferência, total ou parcial, dos direitos decorrentes do contrato a terceiros, bem como a sublocação total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação que afetem a boa execução deste; sem prévia e expressa anuência do Concedente, sob pena de rescisão e cominação da penalidade aplicável à espécie, de pleno direito, independente de notificação judicial.

8.5 Na hipótese de rescisão determinada por ato unilateral e escrito da Administração, ficará assegurado ao **Concedente** os direitos elencados no artigo 80 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.

8.6 O descumprimento dos itens supracitados, acarretará a concessionária a rescisão contratual no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da oficialização do ato de descumprimento.

CLÁUSULA NONA - DA REVERSÃO

9.1 Findo o prazo contratual ou da prorrogação, fica extinta a concessão e será obrigatoriamente devolvido o imóvel, sem que caiba à CONCEDENTE, ressarcir a CONCESSIONARIA qualquer despesa ocorrida e realizada com ou sem conhecimento prévio da CONCEDENTE.

CLÁUSULA DECIMA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

10.1 Aplica-se a este Contrato e nos casos omissos, o disposto na Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, bem como o Decreto-Lei 271/67.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1 As partes elegem o foro da Comarca Guapo – Estado de Goiás, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir dúvidas ou questões não resolvidas administrativamente.

E por estarem justas e contratadas, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas e assinadas.

Abadia de Goiás, XX, XXX, de 2014.

CONCEDENTE:

CONCESSIONÁRIA:

TESTEMUNHA 1

Nome:

CPF:

TESTEMUNHA 2

Nome:

CPF: